

CAPÍTULO 4

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Angeliana Lima Hachimoto

Pedagoga, Técnica de Suporte Pedagógico da Prefeitura de Redenção Pará.

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa relacionada às dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita nos anos finais do ensino fundamental. O texto parte de reflexões sobre o papel da leitura e escrita no processo de construção do conhecimento humano, reforçando sua importância para formação social dos discentes. Os desafios que permeiam este processo são de fato, a reconstrução do conhecimento e a ressignificação da compreensão que ultrapasse seu sentido conotativo. Por meio de pesquisas bibliográficas de natureza qualitativa, busca-se apresentar aspectos relevantes sobre a construção do sentido e significados dentro do universo da leitura e escrita. A leitura precisa fazer parte do cotidiano do educando, sua prática deve ser estimulada focando especialmente em suas potencialidades além do sentido inicial da palavra leitura, levando os leitores a compreenderem que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento e ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Escrita. Dificuldade de Aprendizagem. Séries Finais.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa por trazer algumas reflexões sobre as dificuldades de leitura e escrita de alunos no ensino fundamental anos finais. O objetivo principal do trabalho é refletir sobre aspectos relacionados à linguagem e a construção do sentido pelo leitor.

Essa abordagem se justifica por trazer contribuições inculáveis para o processo educacional, propondo ao meio acadêmico reflexões e análises sobre o tema, assim como novas abordagens, almejando que haja avanços teóricos e diferentes estudos sobre o processo de leitura e escrita.

As dificuldades relacionadas à questão de leitura e escrita são algo bem presentes no contexto escolar de modo geral, sendo assim, o estudo busca apresentar resultados sobre alguns fatores que podem causar desordem da percepção e a incapacidade para entender e atribuir sentidos ao que se ler e escreve.

Os procedimentos metodológicos para realização da pesquisa contemplam os princípios e técnicas qualitativas da pesquisa, utilizando levantamento documental e bibliográfico, analisando a leitura para além da decodificação de sinais gráficos, como a atribuição de sentido e ainda, como prática social. A escrita não se resume a fazer cópias sem significados, é necessário que se analise, reflita e dê significados aos textos.

Diante desta realidade reforça-se, que os discentes precisam participar de situações que coloquem a necessidade de refletir, transformando informações em conhecimento próprio e enfrentando desafios.

A leitura precisa fazer parte do cotidiano do educando, sua prática deve ser estimulada focando especialmente em suas potencialidades além do sentido inicial da palavra leitura, levando “os leitores a compreenderem que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento e ensino-aprendizagem”. Conforme dispõe os PCN de Língua Portuguesa.

Ao abordar essa temática foi necessária a consulta de vários materiais já publicados, para identificar alguns fatores que podem interferir nos processos de leitura e escrita na língua materna, dentre os quais se encontram os antecedentes sociais e dialetais; a experiência individual com a linguagem; a transição entre gênero de textos; o múltiplo controle das atividades; a relativa autonomia do texto escrito; as experiências e metas do professor.

Cabe então, a escola colocar a disposição dos alunos diversos tipos de gêneros textuais, estimulando o desenvolvimento e gosto pela leitura e escrita, possibilitando assim, que o discente tanto compreenda como atribua significado ao que ler, tornando-se, um leitor/ autor, crítico e competente.

Diante da relevância do tema, o trabalho segue uma estruturação, apresenta o resumo, a introdução, o desenvolvimento que vem composto por fundamentação teórica e metodológica, finalizando com as considerações finais, trazendo algumas inferências sobre o tema pesquisado. Na primeira parte serão apresentadas as perspectivas teóricas sobre leitura e produção escrita, na segunda parte o trabalho enfatizará sobre leitura e escrita como direito fundamental na educação básica; na terceira parte abordará sobre competências e habilidades de leitura e produção escrita.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA

No cenário atual a formação de leitores tem sido um grande desafio proposto para escolas e professores representando uma possibilidade real

na formação social dos discentes. A prática da leitura para além da decodificação dos signos linguísticos, propõe-se, como forma de ampliação e envolvimento do aluno com o meio em que está inserido.

Diferentemente do que alguns pensam o processo de aquisição da escrita é algo para além da decodificação e da transmissão mecânica de conhecimento, é preciso levar o aluno descobrir, aprender e a usar a escrita, se apropriando dos conhecimentos construídos e elaborados ao longo da história da humanidade . Para Demo (2007, p. 23) “Ler significa tanto compreender significados quanto atribuir significados alternativos ao mundo, emergindo o leitor/autor”.

Nesta perspectiva, saber compreender e interpretar o que ler é condição principal para participação social do sujeito, nesse sentido, a escola precisa está atenta quanto ao que vai oferecer ao aluno, adotando estratégias que estimulem e desafiem os discentes a uma participação mais ativa em seu processo de construção do conhecimento.

Ainda de acordo com Demo (2007, p.32)

Conhecimento pressupõe o desafio da qualidade formal e política: é preciso saber construir e principalmente saber usar. Preparar para vida significa, acima de tudo, embora não exclusivamente, saber pensar, pois essa habilidade não só inova, mas, também sabe observar o desafio ético de saber inovar.

Diante dessa realidade é necessário incorporar novas atitudes no contexto escolar que provoquem no aluno o interesse por práticas de leitura e escrita, de forma criativa e inovadora, com o intuito de prepará-lo para à vida em sociedade.

Nesse sentido, as perspectivas teóricas sobre leitura e a produção escrita pressupõem que o aprendiz necessita, tanto aprender a construir, quanto, saber, usar, ou seja, o aluno precisa fazer uso consciente de práticas de leituras e escrita, (res) significando a prática educativa, para isso, é imprescindível o desenvolvimento do pensamento crítico.

Não basta conduzir o discente a codificar e decodificar os signos linguísticos é fundamental ir além, incorporando práticas de letramento. “Nessa perspectiva, ser letrado é ser capaz de ir além da literalidade dos textos e interpretá-los em relação com outros textos e discursos” Rojo, (2004) apud Godoy; Dias (2014, p. 113-114).

Diante desta realidade cabe a escola promover ações que propiciem o aprendiz a se apropriar da leitura e da escrita em que as situações concretas de alfabetização venha envolver, não só as habilidades de

aprender ler e escrever, mas, também as habilidades de interpretar, expressar, criticar, explicar, justificar, opinar e argumentar para poder assim defender seus pontos de vista.

De acordo com Nicolau e Mauro (1986,p.10) “[...] a criança um ser ativo que constrói o seu próprio conhecimento na interação com o ambiente, é necessário que esteja interessada e em condições de responder aos desafios da aprendizagem da leitura e escrita”.

Dentro desta perspectiva, as ações relacionadas a leitura e a escrita no âmbito escolar deve provocar o interesse do aluno e inseri-lo em práticas sociais levando-o, a se apropriar da escrita como algo pessoal e própria. Conforme ressalta Soares (1998) citada por Kishimoto (2010).

Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade” (SOARES, 1998, apud KISHIMOTO 2010, P.19).

Diante disto, devem-se agregar novos conceitos e concepções as práticas de leitura e escrita, como possibilidade de conduzir o aprendiz a significações textuais e o desenvolvimento de habilidades socioculturais constituídas. Desta forma, ao detectar as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita no processo de escolarização do aluno, torna-se, necessário, que o professor busque promover aulas dinâmicas e criativas, dando a oportunidade para desenvolvimento das potencialidades do discente, conduzindo-o, a produzir, criar, construir e pensar de forma livre. Cagliari (2002) citado por Gomes (2012, p. 59) afirma que “se o aluno não se sair bem nas outras atividades, mas, se for um bom leitor, [...] a escola cumpriu em grande parte sua tarefa”.

Em virtude disso, é importante que a escola ofereça experiências significativas ao aluno, estimulando o desenvolvimento de sua aptidão leitora, com ações que impliquem na formação do leitor proativo e proficiente, capaz de imprimir sua participação social no contexto a qual está inserido. Deve-se, possibilitar aos alunos a competência de alcançar este direito, tendo em vista que é mediante este processo que o mesmo se insere de fato como cidadão detentor e conhecedor de seus direitos, bem como de seus deveres frente ao meio social em que se encontra.

A escola, por meio da leitura e escrita, pode transformar a construção cognitiva de este ser, possibilitando a este uma maior visão de todos os aspectos que ficam ao seu redor.

3 LEITURA E ESCRITA COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atualmente vivemos em uma sociedade denominada de “sociedade do conhecimento”, nessa sociedade as transformações sociais acontecem de forma aceleradas e bem visíveis, nesse sentido, os conhecimentos são renovados numa velocidade impressionante surgindo novas descobertas em vários campos.

Dentro desta conjectura não é mais suficiente apenas desenvolver as técnicas de leitura e escrita num viés mecanicista, é necessário que se perceba a leitura e escrita como práticas interdependentes que tem como objetivo levar o sujeito a uma assunção social.

Nesse contexto, a leitura e a escrita são colocadas como direitos fundamentais na educação básica. Segundo a LDBEN 9394/96 em seu artigo 32, inciso I. “o Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante: “O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”.

Dentro desta ótica, a escola vem sendo desafiada a promover um processo de ensino aprendizagem que seja significativo para o aluno, com conteúdos que façam sentidos para eles. “Se a escola deve preparar os alunos [...] para vida, ela deve tratar de levar em conta a vida que faz sentido para eles”. Demo (2007,p.14).

Considerando o ponto de vista do autor, ressalta a importância de oferecer aos alunos condições que os possibilitem novos usos para aquilo que recebem pronto. conforme destaca Certeau (2007) apud Terra (2008,p.57). Nesse mesmo sentido, Perrenoud (1999). afirma:

Se esse aprendizado não for associado a uma ou mais práticas sociais, suscetível de ter um sentido para os alunos, será rapidamente esquecido, considerado como um dos obstáculos a serem vencidos para conseguir um diploma, e não como uma competência a ser assimilada para dominar situações da vida. (PERRENOUD, 1999,p.45)

Diante desta realidade, torna-se, necessário que as práticas educativas aconteçam de forma que possibilite ao discente relacionar os

conteúdos com suas vivências cotidianas e as ações do grupo social a qual fazem parte.

Desta forma, ao considerar o processo de leitura e escrita como direito fundamental na educação básica, o Projeto de Lei 5.270 de 2016, institui a Política Nacional de Leitura e escrita, tendo como diretrizes. art. 2º.

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; **II** - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, possibilitando a todos as condições de exercer plenamente a cidadania, de ter uma vida digna e de contribuir na construção de uma sociedade mais justa; **III** - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura; **IV** - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do país, em especial com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; e **V** - o reconhecimento da cadeia criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da escrita, da leitura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa. (PL 5.270/2016).

Dentro desta perspectiva, ressalta a grande relevância de promover o acesso do estudante a leitura e a escrita por meio de diversos gêneros textuais, inclusive, considerando os hipertextos e a linguagem midiática. É preciso considerar o contexto letrado em que o aluno está inserido e buscar sim alternativas que coadunam com a realidade vivenciada por ele.

De acordo com o Projeto de Lei 5.270 de 2016.

A ausência da competência plena de leitura prejudica o desempenho dos estudantes brasileiros em todas as áreas do conhecimento, indicando a necessidade clara da intensificação de medidas que priorizem o acesso à leitura plena em todos os níveis como uma das formas mais consistentes de apoiar a melhoria da qualidade da educação em nosso país. (PL 5.270/2016)

Essa colocação de fato é algo constatado na maioria das escolas brasileiras, podendo ser claramente observado nesses espaços. As dificuldades relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita envolvem vários fatores que podem obstaculizar ou facilitar essa aprendizagem, porém, o mais importante aqui é enfatizar sobre criar oportunidades dentro e fora da escola com vista a possibilitar o aprendiz desenvolver suas habilidades leitoras por meio da criação do hábito da leitura e prática da escrita.

Tendo em vista, o papel importante que a leitura e escrita tem para a vida do sujeito, o MEC com o objetivo de promover e democratizar o acesso

ao livro e a leitura vem formulando e implementando vários programas dentre os quais podemos destacar:

Programas orientados a todos os níveis e modalidades educacionais, entre os quais se encontram o Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que a partir de 2015 incorporará a disponibilização de acervo digital; o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE); o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos e o Programa Domínio Público. (PROJETO DE LEI, PL 5270/2016).

Mediante a informação, vale salientar, sobre as dimensões que o processo de leitura e escrita assume dentro da sociedade contemporânea e a preocupação do MEC em incorporar ações de incentivo a formação do leitor/ autor, ativo e consciente.

De acordo com Menegolo

O domínio da língua oral e escrita é fundamental para participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. (MENEGOLO, 2008, p. 200).

Nessa vertente, pode-se, afirmar que o modo peculiar de ser de cada pessoa, a forma como se expressa, imprime sua participação no contexto social a qual está inserido, ampliando suas capacidades e potencialidades no envolvimento com o grupo social ou comunidade que faz parte. Esse envolvimento, pode ser favorecido por meio da língua e dos signos linguísticos, que permite a interação do indivíduo com a sociedade.

4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA

Com o enfoque dado as competências e habilidades de leitura e escrita, é necessário analisar sobre o que é leitura e sua contribuição para o processo de alfabetização. Martins (2005, p.7) afirma que “Sem dúvida o ato de ler é usualmente relacionado com a escrita e o leitor visto como decodificador da letra”. No entanto, Martins (2005) nos traz um questionamento, “Bastará, porém decifrar a letra para que aconteça a leitura?”.

Diante deste questionamento, vale enfatizar que a decifração dos códigos linguísticos, nessa sociedade marcada pela cultura letrada, não é mais suficiente, é preciso promover a ampliação de conhecimento de mundo do educando, promovendo situações que estimulem o desenvolvimento das suas potencialidades cognitivas.

Para Reinaldo (2001) apud Silva (2008, p.42).

A leitura e a escrita são movimentos complementares no desenvolvimento da competência textual do redator aprendiz: a sensibilização, através da leitura, para os traços específicos de cada tipo de texto contribui para que o aprendiz venha a construir seus textos de forma adequada com eficiência e espírito crítico.

Considerando o ponto de vista da autora percebe-se, que os processos que envolvem leitura e escrita, precisam ser significativos para os discentes, levando-os, a “compreensão crítica do ato de ler” e num movimento complementar possibilitá-lo a construir seus textos de forma adequada com eficiência e espírito crítico.

De acordo com Freire (1999, p.20).

A palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

Diante disso, compreende-se, que a aquisição da leitura e escrita pelo aluno tem como função possibilitá-lo a atuar no meio em que está inserido de forma consciente e crítica, todavia, esse processo não é algo aleatório e sim um processo sistematizado fundamentado em uma abordagem teórica.

Para Godoy; Dias.

O entendimento do que é leitura dependerá da abordagem teórica adotada. Assim, se numa perspectiva social a leitura é entendida como uma prática de inclusão social, em que se considerem conceitos de capacidade crítica e de exercício da cidadania, numa perspectiva cognitiva a leitura é concebida como processo cognitivo, o que implica o estudo de aspectos como interferências, predição e memória. (GODOY; DIAS, 2014, p.115).

Nesse sentido, considerando tanto a perspectiva social, quanto à cognitiva, compreende-se, que a leitura e a produção escrita, corroboram para ampliação da visão de mundo dos discentes, possibilitando a construção de novos saberes. Cabe então, a escola e os professores criarem um ambiente favorável ao desenvolvimento de práticas relacionadas à leitura e escrita.

De acordo com a Revista Nova Escola nº 154 citada por Cereja e Magalhães (2013).

Ler o mundo significa mais do que ser capaz de ler um texto. É necessário aprender outras linguagens além da escrita. Gráficos, estatísticas, desenhos geométricos, pinturas, desenhos, e outras manifestações artísticas, as ciências, as formas de expressão formais e coloquiais – tudo deve ser lido e tem códigos e símbolos específicos de decifração. Quando um aluno está diante de um problema matemático, precisa ser capaz de interpretar uma pergunta para entender que tipo de resposta é esperado. idem para quem busca extrair conclusões de uma tabela de censo demográfico. Se o professor pede para escrever cartas a destinatários diferentes, o estudante tem que escolher o estilo e o vocabulário adequado a cada situação. (CEREJA E MAGALHÃES, 2013,p.114).

Vale frisar, que ao adquirir competências leitoras o aluno passa a incorporar novas atitudes, isso se deve ao fato de o aluno ser capaz de mobilizar recursos eficientes para o desenvolvimento da percepção e a autonomia.

Cereja e Magalhães (2013) descrevem que:

A competência pode ser traduzida como uma espécie de “saber fazer”, isto é, saber lidar com as diferentes situações e problemas que se colocam diante de nós no dia a dia. As habilidades estão relacionadas com o “como fazer”, isto é, como um indivíduo mobiliza recursos, toma decisões, adota estratégias ou procedimentos e realiza ações concretas para resolver problemas. (CEREJA E MAGALHÃES 2013, p.114).

Diante disso, ressalta que é de fundamental importância o aluno desenvolver tanto a competência leitora, quanto a habilidade de ler, nesse sentido um “conjunto de ações ou operações, como observar, analisar, relacionar, concluir e comparar, entre outras, traduz as habilidades necessárias para lidar com leitura e interpretação de textos”. Cereja e Magalhães (2013,p.116).

Tendo em vista a relevância de se formar leitores críticos, buscam-se, trabalhar essa temática no ensino fundamental anos finais, por perceber as dificuldades dos alunos em compreender e atribuir significados ao que se ler.

De acordo com Aguiar (1997) apud Kirchof, Souza, Pereira (2013, p.128)

A escola preocupa-se em transmitir ensinamentos sobre literatura e não em ensinar a ler, resultando daí um contínuo fracasso no ensino de literatura, que tem por consequência um afastamento, cada vez maior entre o receptor e a mensagem. Soma-se o descaso pelo incentivo à leitura, associado, em muitas ocasiões, à falta de acervo adequado e na quantidade necessária na biblioteca escolar e a ausência de permissão para os alunos frequentarem livremente esse espaço em sua busca de prazer e de interação com o universo do imaginário.

Diante dos aspectos apontados pelas autoras percebem-se, alguns fatos que podem dificultar o processo de ensino aprendizagem da leitura culminando com o fracasso do ensino, nesse sentido, tomando por base essas observações, ressalta-se, que promover a aproximação do aluno com o universo da leitura, por meio dos diversos gêneros textuais é uma forma, não só de alfabetizar mais de torná-lo letrado.

Nesse sentido, a escola precisa desvelar caminhos para promover aprendizagens significativas, com o intuito de educar para cidadania conduzindo os alunos a perceberem, os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, assim como, possibilitar o envolvimento do discente de forma mais ativa e comprometida com esses fatores.

A leitura tem a função de inserir o aluno na sociedade, e ao mesmo tempo possibilitar que ele usufrua dos bens que ela pode proporcionar, desta forma, provocar no aluno o interesse e o gosto pela leitura é um grande passo para formação de leitores críticos, conscientes e responsáveis.

De acordo com Fontana e Porsche (2011).

Ler é fazer parte da sociedade, é integrar-se e tornar-se cidadão. Por isso, trabalhar com a leitura não é apenas tarefa das aulas de língua portuguesa, mas de todos os componentes curriculares, pois é com textos informativos, explicativos; com gráficos, que entraremos em contato com os textos literários, que permitem a leitura por prazer, a fruição a apreciação do que é belo. Fontana e Porsche (2011, P.17).

Desenvolver atividades que favorecem o processo de aquisição da leitura, não é responsabilidade somente dos professores de língua

portuguesa, nem tão pouco deve ser atribuída apenas a esta disciplina, porém, a atividade da leitura e escrita se relaciona com vários modos de expressões existentes no contexto escolar. Sendo uma “realidade interdisciplinar que, em muitas de suas manifestações [...] formam a bagagem comunicativa da criança desde seus primeiros anos”. Marafigo (2012, p.4).

Nessa perspectiva, é necessário que as atividades sejam trabalhadas de forma interdisciplinar e contextualizadas, dando aos educandos as possibilidades de atribuírem sentido e significado ao que ler e escreve e assim, desenvolver a autonomia o senso crítico e reflexivo.

De acordo com Armstrong e Barbosa (2012),

A contextualização pode motivar o aluno a apreender o conhecimento, tornando as aulas mais interessantes. A contextualização dos conteúdos [...] com base na história permite que o aluno compreenda a evolução da construção do conhecimento. Para contextualizar, o professor deve abordar também aspectos econômicos, sociais, tecnológicos, políticos, ambientais e geográficos, visando levar o aluno a compreender a relação entre as diversas ciências. (AMSTRONG; BARBOSA, 2012, p.142).

Essa visão de ensino no atual contexto educacional busca desenvolver práticas que sejam significativas para os alunos levando-os a compreender e relacionar as diversas ciências, à medida que o hábito de leitura vai sendo instaurado no contexto escolar, é dado ao aluno à oportunidade de se tornar um ser pensante e crítico acerca de temas atuais.

Segundo Silva (2012, p.206).

A proposta interdisciplinar aparece então, como uma oportunidade de se perceber o sujeito aprendente em sua totalidade histórica cultural, por meio de uma visão aprofundada e crítica da educação, a fim de possibilitar a germinação de consciências e diferentes posturas baseadas na pesquisa, na comunicação, na inovação e na cooperação mútua.

Partindo desta ótica, ressalta que ao desenvolver um trabalho interdisciplinar na sala de aula o professor estará oportunizando ao aprendiz a ampliação das competências linguísticas e discursivas, possibilitando o processo de interlocução texto – leitor - autor e contexto.

Segundo Bakhtin (1992, p. 16) “os textos são instâncias carregadas de significados em determinados lugares, recobertos de história”. Nesse sentido, tomando por base a fala do autor, busca refletir sobre as práticas de leitura e escrita e o ensino da língua portuguesa.

A rigidez com relação ao ensino da língua portuguesa e os erros ortográficos, propõe um padrão de escrita ideal e leitura correta, que acabam contribuindo para o fracasso no processo de escolarização da criança, causando dificuldades na aprendizagem.

Diante destas dificuldades percebidas e refletidas no processo de escolarização torna-se, necessário, que o professor busque promover diversas situações de uso da língua, sensibilizando os alunos para as várias possibilidades de expressões, tanto na língua falada, quanto na língua escrita.

É importante salientar que o processo de construção do significado depende muito dos incentivos e estímulos que o aluno recebe, desta forma, deve-se apresentar ao aluno textos que provoquem a sua curiosidade estimulando a sua necessidade de compreensão textual, não somente ler de forma mecânica, porém, ler relacionando o texto a sua experiência e a sua vivência cotidiana.

Conforme aponta Bakhtin (1996).

O essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular (Bakhtin, 1996, p.85).

Tomando por base o ponto de vista do autor, entende-se, a grande relevância de promover um ensino contextualizado levando o aluno a compreensão do seu papel dentro da sociedade, de forma autônoma e consciente.

Considerando o papel importante que a leitura e a escrita têm para o desenvolvimento do sujeito ativo e participativo no meio em que está inserido, Weiss (1997) aponta que grande parte das dificuldades de aprendizagem na escola está relacionada ao processo da leitura e escrita, segundo a autora:

A maioria das queixas escolares está focada na leitura, escrita [...], em diferentes graus e séries. Para se planejar uma avaliação é necessário distinguir a problemática existente em torno do período em que se dá basicamente o processo de alfabetização da que ocorre no desenvolvimento de leitura e escrita nas demais séries. (WEISS, 1997, p. 94).

Diante disso, torna-se, imprescindível desencadear um processo de reflexão na escola sobre quais fatores podem provocar essas dificuldades, isso envolve, aspectos teóricos, metodologia utilizada, tipo de clientela, capacitação profissional, participação da família na aprendizagem dos

discentes entre outros aspectos observáveis. A esse respeito, busca-se apresentar quais aspectos causam as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita no ensino fundamental.

Kato (2003) apud Godoy; Dias (2014, p.120-121) identifica alguns fatores que podem dificultar a aprendizagem da leitura e escrita são eles: “antecedentes sociais e dialetais, experiência individual com a linguagem, a transição entre gênero de texto, múltiplo controle das atividades, a relativa autonomia do texto escrito, as expectativas e metas do professor”.

Para superação destas dificuldades pressupõe-se, que seja necessária a incorporação de novas atitudes com intervenções relativas, sequenciais e adaptáveis ao contexto dos interlocutores. Além disso, o professor pode trabalhar aspectos relacionados ao cotidiano do educando, levando-o a problematizar e levantar hipóteses.

4.1 METODOLOGIA

A realização deste trabalho de conclusão de curso propõe a investigação das dificuldades de leitura e escrita no ensino fundamental anos finais, utilizando-se, pesquisa bibliográfica de natureza exploratória com abordagem qualitativa, na qual envolve a leitura e análise de materiais já publicados, com o intuito de obter melhor compreensão sobre o tema pesquisado.

A pesquisa exploratória para Prodanov e Freitas (2013, p.52)

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que entre variáveis. [...] possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos.

Sobre a pesquisa de natureza qualitativa Prodanov e Freitas (2013)

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70).

Desta forma, por meio da pesquisa bibliográfica, busca-se, informação sobre a importância da leitura e escrita para formação do leitor competente e crítico, investigando os possíveis fatores que causam dificuldades de aprendizagem nos anos finais. Para Demo (2000, p. 22) “Todas as pesquisas carecem de fundamento teórico e metodológico e só têm a ganhar se puderem, além da estringência categorial, apontar possibilidades de intervenção ou localização concreta”.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.54) a Pesquisa bibliográfica:

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV E FREITAS, 2013, P.54).

O caminho percorrido para realização deste trabalho teve início no período de realização do estágio supervisionado no ensino fundamental anos finais onde se percebeu, na turma estagiada que a maioria dos alunos apresentava dificuldades no processo de aquisição da leitura e escrita, surgindo assim, o interesse pela temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas e análise realizadas neste trabalho trouxeram algumas reflexões sobre as dificuldades de leitura e escrita de alunos no ensino fundamental anos finais, a temática foi escolhida após a realização do estágio supervisionado no ensino fundamental, no entanto, o tipo de pesquisa adotada foi de caráter bibliográfico.

É importante salientar, que o trabalho envolvendo a leitura e escrita no ensino fundamental é muito importante para o desenvolvimento da consciência crítica do aprendiz, pois, acontece numa proporção capaz de imprimir a participação desse sujeito de forma ativa no contexto em que está inserido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. B. de; LIMA, M. C. M. **Manual para elaboração e**

apresentação de trabalhos científicos: artigo científico. Campos dos Goytacazes: Fundação Benedito Pereira Nunes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6022:** informação e documentação: apresentação de artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2002.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. **Manual para normalização de publicações Técnico–Científicas.** 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREITAS, L. A. de. **A importância da revisão de texto nos trabalhos acadêmicos.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-revisao-de-texto-nos-trabalhos-academicos/58385/>>. Acesso em 31 jan. 2012.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **ISSN.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MUELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 309-317, 1994.

SANTOS, G. do R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. D. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos.** Curitiba: Ibpex, 2008.

PPGTU – PUCPR. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Instruções para autores. Disponível em: <http://www.pucpr.br/curso_s/programas/ppgtu/urbe_instrucoes_autores.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

RODRIGUES, S. B. **Artigos em eventos científicos sobre o ensino religioso no período de 1995 a 2010**. 125 f. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS – UEA. **Artigo científico**. Disponível em: <www2.uea.edu.br/data/noticias/download/14487-1.doc>. Acesso em: 31 jan. 2012.

Obs. Esses são apenas alguns exemplos de como referenciar corretamente cada tipo de material citado no seu texto. No botão orientações TCC você encontrará outros.